



A ESTRATÉGIA QUE DEFINIMOS NO CONTEXTO DAS ALIANÇAS E PARCERIAS EURO-ATLÂNTICAS

Patrícia Daehnhardt

Texto entregue em Junho de 2022

A DEFESA NACIONAL É O GARANTE INDISPENSÁVEL DA INDEPENDÊNCIA de Portugal e da soberania do Estado. Uma década depois da aprovação do último Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN, 2013) torna-se imprescindível que Portugal proceda à revisão do mesmo e redefina as prioridades estratégicas da sua política de segurança e de defesa. Por um lado, uma década é um período razoável para repensar as prioridades estratégicas nacionais. Por outro lado, o contexto de segurança europeu e transatlântico mudou radicalmente nos últimos três anos. Se nessa altura a Aliança Atlântica corria o risco de erosão da comunidade de segurança transatlântica devido aos múltiplos desafios simultâneos que tornaram o vínculo transatlântico mais vulnerável às divergências entre os aliados, existe agora uma maior convergência de interesses sobre as prioridades estratégicas no contexto das alianças e parcerias euro-atlânticas e que deve ser articulada com a definição das prioridades estratégicas nacionais do país. O novo CEDN deve definir as prioridades estratégicas de Portugal, a médio e a longo prazo, identificando a prioridade principal, e definir as prioridades seguintes que dela cascatam, para elaborar um plano de ação, com indicadores de execução para a implementação de uma política de defesa nacional coerente e eficaz.

No plano externo Portugal tem interesse em reforçar a sua posição nas duas alianças internacionais que são os garantes da segurança e defesa nacionais: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e a União Europeia (UE). No novo ambiente estratégico no espaço euro-atlântico, as estratégias de segurança nacionais dos países europeus estão, na sua grande maioria, ultrapassadas pelos eventos que fizeram regressar a Guerra à Europa na terceira década do século XXI. Para os Estados europeus, a Guerra da Rússia contra a Ucrânia e a definição de uma estratégia de defesa mais robusta da Aliança Atlântica, articulada com a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE tornou-se a questão central para a próxima década. A defesa coletiva e a dissuasão irão assumir relevância acrescida no novo Conceito Estratégico da NATO, a aprovar na Cimeira de Madrid, em 29-30 de Junho, numa altura em que a segurança e defesa no espaço euro-atlântico terá de ser garantida cada vez mais pelos países europeus da Aliança Atlântica. Isso significará o fortalecimento do pilar europeu da NATO, que não deve ser visto como antagónico ao desenvolvimento de uma capacidade estratégica europeia, mas antes como o pressuposto da mesma. Neste quadro de defesa europeia emergente a Noruega deve ser incluída, e a provável adesão da Finlândia

e da Suécia a NATO dará um contributo importante para a nova balança na distribuição de encargos entre os aliados europeus e os EUA na alocação de 2% do PIB para as despesas militares.

Portugal, que sempre foi um aliado fiável, deve contribuir para o pilar europeu dentro da NATO e procurar aprofundar a cooperação interinstitucional NATO-UE. Na elaboração do novo CEDN, os objetivos dos novos documentos estratégicos da NATO (Conceito Estratégico Defesa NATO, junho 2022) e da UE (Bússola Estratégica, março 2022) devem ser articulados com as prioridades de defesa nacional. Portugal deverá continuar a investir em defesa e alcançar os 2% do PIB anuais alocados às despesas militares assim como reforçar as capacidades de defesa dos três ramos, assegurar a prontidão militar em geral e ter sistemas de alerta na defesa contra potenciais ataques surpresa. A defesa dos vários domínios de atuação das Forças Armadas deve ser crescentemente articulada, conjugando instrumentos de cooperação para a Defesa e monitorização dos espaços aéreo, marítimo, terrestre, ciber e espacial. O novo CEDN deve identificar o investimento em tecnologia de ponta para o controle destes domínios, uma das prioridades da defesa nacional.

“ Para os Estados Europeus, a Guerra da Rússia contra a Ucrânia e a definição de uma estratégia de defesa mais robusta da Aliança Atlântica, articulada com a PCSD da UE tornou-se a questão central para a próxima década. ”

No domínio da cooperação entre as indústrias de defesa europeias que visa a consolidação de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia (BTIDE), Portugal deve prosseguir simultaneamente o desenvolvimento de capacidades, que pode financiar através do recurso a fundos europeus disponibilizados pelo Fundo Europeu de Defesa (FED). Portugal deve participar em projetos conjuntos de desenvolvimento e aquisição de equipamento militar entre os Estados-membros da UE de acordo com os meios financeiros e necessidades de defesa que devem ser regularmente atualiza-

dos em função das capacidades financeiras do país e do contexto de segurança e defesa no espaço euro-atlântico, mediterrâneo e do Norte de África. Na prossecução deste objetivo os decisores nacionais devem assegurar um processo de aquisição eficiente de análise de custos e benefícios a longo prazo quanto à participação em projetos colaborativos europeus de defesa, evitar duplicações e escolher os projetos que tragam uma mais-valia direta para Portugal, incluindo preferencialmente os projetos de duplo uso.

Na Europa, no plano bilateral, Portugal tem interesse em aprofundar relações com a Espanha, o Reino Unido e a Alemanha. Portugal deve aumentar a colaboração bilateral com a Espanha, na lógica de uma ‘*Southern Defence Cooperation*’, onde Portugal e Espanha, possivelmente com a Itália, possam promover sinergias conjuntas regionais, desenvolvidas na prossecução dos interesses dos países do Sul, inevitavelmente diferentes dos países do Norte ou do Leste europeu, à exceção do atual contexto de Guerra na Ucrânia. O reforço da relação bilateral com Reino Unido, confirmado em junho de 2022 pela assinatura da Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral, incluindo a área da Defesa, é importante porque Portugal partilha uma tradição transatlantista com o Reino Unido e considera esta aliança indispensável à relação transatlântica, à cooperação entre a NATO e a UE e à Defesa europeia. Portugal deve ainda considerar desenvolver uma relação mais próxima com a Alemanha no âmbito da Defesa. Se Berlim concretizar a *Zeitenwende* (momento de viragem) anunciada pelo Chanceler Scholz em 27 de fevereiro, de investimento de 2% do seu PIB em defesa e criação de um Fundo Especial para a Defesa, a Alemanha tornar-se-á a principal potência militar europeia. No futuro contexto de reposicionamento dos EUA para o Indo-Pacífico, onde estes deixam de poder garantir na totalidade a dissuasão estratégica necessária para assegurar a defesa territorial da Europa, a Alemanha poderá desempenhar um papel acrescido na europeização da NATO, que é igualmente do interesse nacional de Portugal. Geograficamente os desafios para Portugal localizam-se nas zonas do Norte de África, Médio Oriente e Atlântico Sul onde Portugal tem interesse em reforçar a estabilidade da fronteira Sul da NATO e da UE, gerar um maior consenso na Aliança face a ameaças providas dessa região e conter os efeitos perturbadores das estratégias revisionistas da Rússia ou da China. Portugal deve manter a sua participação em missões e operações da NATO, UE e ONU de manutenção da paz e de estabilização e controlo das vias de comunicação marítimas no

Mediterrâneo e no golfo Pérsico, Sahel, Mali, Golfo da Guiné e corno de África. Adicionalmente, a afirmação do Indo-Pacífico como zona de competição entre os Estados Unidos e a China faz com que Portugal tenha interesse em aprofundar as suas relações bilaterais de parceria com a Índia, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia e Timor-Leste, num quadro estratégico partilhado pelos seus aliados no seio da NATO.

A complexidade crescente do ambiente global de segurança faz com que o CEDN deva acautelar uma análise regularmente atualizada e articulada das ameaças estatais, transnacionais e híbridas que impactam na defesa cibernética, saúde pública, segurança energética, alimentar e climática, e de potenciais ataques biológicos, químicos ou nucleares. Os planos de contingência e os sistemas de alerta precoce para a proteção da população e de infraestruturas críticas, contra potenciais ataques ciber, híbridos ou convencionais, contribuem para fortalecer a capacidade de resposta do Estado às ameaças híbridas e globais.

Na crescente articulação entre a dimensão interna e a dimensão externa na Política de Defesa, o CEDN deve sublinhar a relevância da cooperação entre as Forças Armadas, as Forças de Segurança e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. No domínio operacional, o CEDN deve reforçar a capacidade de atuação multi-domínio das Forças Armadas, e de articulação entre os domínios terrestre, aéreo, marítimo, ciber e espacial.

Por último, no contexto de crescente hostilização internacional que justifica o reforço do investimento em defesa, a opinião pública portuguesa deve ser informada através de uma política pública que explique de forma transparente esse fortalecimento da defesa nacional. Uma opinião pública informada contribui para consciencializá-la das vulnerabilidades criadas pelas tecnologias disruptivas, desinformação e cibercriminalidade, torná-la menos vulnerável a influências externas hostis e promover a coesão e a capacidade de resiliência nacional na resposta à emergência dos novos desafios e ameaças para os quais Portugal tem que estar preparado e ao qual o próximo Conceito Estratégico de Defesa Nacional procurará responder. ■